



Câmara de Vereadores	
Fl. 01	Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 12712021

Data: 14/05/21

Ass. 15:47h.

Ofício Gab. nº 187/2021

Serafina Corrêa, RS, 14 de maio de 2021.

Sua Excelência

Vereador Dirlei Dama Cordeiro

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Serafina Corrêa – RS

**Assunto: Projeto de Lei nº 045/2021.**

O Prefeito Municipal, no uso das prerrogativas outorgadas pela Lei Orgânica Municipal, encaminha o Projeto de Lei nº 045/2021, que ***Insere, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, que “Estabelece normas para a exploração do serviço de automóveis de aluguel (táxi) no município e dá outras providências”.***

Pela habitual acolhida, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente,



Valdir Bianchet  
Prefeito Municipal



**Camila Piccin**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 114.787

## PROJETO DE LEI Nº 045, DE 14 DE MAIO DE 2021.

***Inserir, alterar e revogar dispositivos da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, que “Estabelece normas para a exploração do serviço de automóveis de aluguel (táxi) no município e dá outras providências”.***

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....  
II – os táxis dotados de quatro portas e com capacidade de carga igual ou superior a quinhentos quilos transportarão, no máximo, sete passageiros.  
.....” (NR)

Art. 2º Insere o § 6º no art. 4º da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....  
§ 6º Somente será outorgada 01 (uma) licença para exploração do serviço de automóvel de aluguel (táxi) para cada pessoa, física ou jurídica.” (NR)

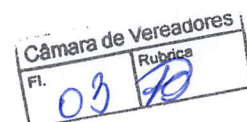
Art. 3º O § 2º do art. 8º da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....  
§ 2º As vistorias serão realizadas por oficina mecânica, às expensas do proprietário do táxi, fornecendo, a oficina, laudo de vistoria sobre as condições do veículo constantes no § 1º deste artigo, que deverá ser apresentado à autoridade municipal para registro e emissão de certificado de vistoria.  
.....” (NR)

Art. 4º Insere o inciso VIII no § 2º do art. 9º da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....  
§ 2º .....  
VIII – resultado negativo em exame toxicológico, realizado nos últimos 06 (seis) meses.  
.....” (NR)

Art. 5º O inciso I do art. 10 da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:



## PROJETO DE LEI Nº 045, DE 14 DE MAIO DE 2021.

“Art. 10 .....  
I – tempo de Carteira Nacional de Habilitação (CNH): 01 (um) ponto para cada ano completo de habilitação, limitado a 10 (dez) pontos.  
II – empresa que conste em seu contrato social como atividade de serviço de táxi:  
a) 01 (um) ponto para cada ano completo de empresa, limitado a 05 (cinco) pontos;  
b) tempo de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do motorista: 01 (um) ponto para cada ano de habilitação, limitado a 05 (cinco) pontos, não sendo aplicado, no caso de pessoa jurídica, o critério constante no inciso I deste artigo.....” (NR)

Art. 6º O § 1º do art. 14 da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 .....  
§ 1º Poderá o Município, atendendo ao interesse público, determinar plantões noturnos nos pontos de táxi e, independentemente desta determinação, é obrigatória a afixação, nos pontos de táxi, do endereço e/ou telefone do proprietário e do motorista, para atendimento de chamados fora do horário estabelecido pela autoridade municipal competente.  
.....” (NR)

Art. 7º O art. 15 da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. As tarifas cobradas no serviço de táxi, explorado dentro do território do Município, serão fixadas e revisadas através de Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo.  
Parágrafo único. A revisão das tarifas será efetuada no mês de janeiro de cada ano, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo ou que a ele corresponder.” (NR)

Art. 8º O art. 18 da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. As novas tarifas para o serviço de táxi, fixadas e revisadas através de Decreto, só vigorarão após 02 (dois) dias da publicação do ato normativo.  
§ 1º Deverá ser fixada, em lugar visível, nos veículos e nos pontos de estacionamento, tabela contendo o valor das tarifas cobradas.  
§ 2º Verificado abuso, por denúncia de usuário, poderá a autoridade municipal determinar multa no valor de até 02 (dois) Valor de Referência Municipal – VRM e, na reincidência, cassar a licença.” (NR)

Art. 9º Ficam revogados os artigos 16, 17 da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014.





**PROJETO DE LEI Nº 045, DE 14 DE MAIO DE 2021.**

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 14 de maio de 2021, 60º da Emancipação.



Valdir Bianchet  
Prefeito Municipal





## PROJETO DE LEI Nº 045, DE 14 DE MAIO DE 2021.

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

**Excelentíssimo Senhor Presidente  
Excelentíssimos Senhores Vereadores**

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, Projeto de Lei que ***Insera, altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, que “Estabelece normas para a exploração do serviço de automóveis de aluguel (táxi) no município e dá outras providências”.***

A presente proposição tem como objetivo efetuar alterações pontuais na Lei Municipal nº 3.271, de 17 de setembro de 2014, visando adequar alguns dispositivos legais com a realidade local.

Uma das alterações mais significativas que está sendo proposta é a alteração na forma de cálculo das tarifas cobradas, quando da utilização do serviço de automóveis de aluguel (táxi). Atualmente, a lei prevê que devem ser aplicados diversos fatores para o cálculo das novas tarifas (art. 17), ocorre que, na prática, foram identificadas dificuldades para aplicação destes fatores.

Neste sentido, propõe-se a alteração da Lei Municipal, de forma a prever que a revisão das tarifas será efetuada anualmente (no mês de janeiro de cada ano), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, uma vez que este é o indexador que é utilizado para o reajuste dos tributos municipais.

Por sua vez, no que diz respeito a alteração proposta no artigo 1º do presente Projeto de Lei, a mesma tem como objetivo adequar a legislação municipal às disposições da Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011.

Diante do exposto, encaminhamos o presente projeto de lei e contamos com a sua aprovação, tendo em vista os objetivos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 14 de maio de 2021.

Valdir Bianchet  
Prefeito Municipal